

**ATA**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício do Centro Social de Souto Santa Maria, na União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado – e Vereadores - Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuariam os alunos da EB1/JI de Souto Santa Maria, que entoaram cânticos de natal, desejando aos presentes votos de Boas Festas. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença na sessão dos alunos, professoras e auxiliares, enaltecendo a prestação e, de seguida, declarou aberta a reunião. -----

De seguida, o Presidente da Câmara convidou o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar** a usar da palavra. O Presidente da Junta leu, em voz alta, um texto que a seguir se transcreve: "Sejam bem-vindos a freguesia de Souto Santa Maria, mais propriamente dita União de freguesias de Souto Santa Maria, Souto

São Salvador e Gondomar. É com muito apreço que recebemos o convite do Sr. Presidente para ser realizada esta reunião descentralizada. É um sinal de respeito e consideração pelos eleitos locais, é uma oportunidade para que as associações e residentes das aldeias possam assistir a uma reunião do executivo Municipal, e apreciar como se resolvem os problemas do conselho, através das propostas do Sr. Presidente da Camara e dos seus vereadores. Este modelo de reuniões permite localizar e conhecer melhor os problemas. E o que há de bom nas nossas aldeias. Sim, também temos coisas interessantes. Começo já pela parte menos boa, a que nos aflige a todos, que é a poluição ambiental mas com a ajuda das autoridades e a colaboração dos industriais estou convencido que vamos ultrapassar este grave problema para bem da comunidade. Também estamos a trabalhar com um grupo de pessoas determinadas, com vista a constituição de uma Brigada Verde, que muito vai ajudar ao compromisso que o Sr. Presidente assumiu no projeto "Guimarães mais verde" com o apoio das várias associações da união de freguesias e da comunidade escolar. Com o empenho de todos vamos fazer a diferença para a sustentabilidade ambiental. Sr. Presidente, como é do seu conhecimento, estamos em conjunto com a União de Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim empenhados na recuperação da Levada do Vaqueiro. Além de ser uma zona aprazível do rio Ave, pode também ter um papel muito importante no apoio à proteção civil, no que toca a recolha da água através dos meios aéreos no combate aos incêndios. Iniciamos este projeto, temos um parecer favorável do comandante dos bombeiros da Caldas das Taipas. Inclusive, tivemos no local uma reunião, com os responsáveis da Associação Portuguesa do Ambiente, ou seja, está tudo encaminhado. Com esta obra concluída será mais um ponto de



interesse na União de Freguesias. Também temos uma linha de água que é conhecida pelos Moinhos do Ribeiro, que teremos oportunidade de ir visitar, que é um hino a natureza. Eu os considero uma pérola preciosa que os nossos antepassados nos deixaram. Agora é conservar, sem destruir. Sr. Presidente, temos também na União de freguesias dois parques de lazer dos mais apreciados do concelho. Um em Gondomar, junto ao rio Ave, que só pela sua localização merece ser visitado para se usufruir da sua beleza natural. Temos o segundo em Souto Santa Maria com cerca de 17 hectares de superfície que tem potencialidade para várias atividades para além das que já existem, pavilhão, parque de merendas, campos de futebol, lago, parque infantil. Estamos em colaboração com a Associação Portuguesa de Ciclismo, a Associação de Ciclismo do Minho, a Câmara Municipal de Guimarães e a União de Freguesias na elaboração de um projeto para uma pista de ciclismo para a modalidade de BTT, este tipo de infraestrutura não existe no nosso concelho sendo a melhor forma de manter o parque com várias atividades e deste modo ser sustentável. Sr. Presidente, fomos criando a sustentabilidade da União de Freguesias ao longo dos anos, planeamos a zona industrial para a criação de postos de trabalho para fixarmos as pessoas o mais próximo possível da sua zona residencial. Baseado na mesma linha de apoio às famílias, criamos o Jardim de Infância, iniciando a formação educativa das nossas crianças no pré-escolar, que transitam para a EB1, que neste momento precisa de umas pequenas obras de melhoramento. Se for possível juntar o Jardim ao 1º ciclo seria o ideal, visto que em conjunto representam 64 meninos e que ainda poderiam ser mais. Serviços Públicos à população - Luz pública; Rede de abastecimento de água na União de Freguesias em cerca de 90%; Saneamento: temos uma

cobertura na União de Freguesias em cerca de 80%. Faltam algumas pequenas extensões, mas o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, Dr. Armindo Costa e Silva, está atento e, dentro das possibilidades de investimento, vai certamente resolver estas falhas; os centros cívicos estão em fase de conclusão, e diga-se em abono da verdade, que os trabalhos já realizados são de excelente qualidade. Inclui-se nestes as capelas mortuárias, pois estas são de extrema importância nas freguesias. Sr. Presidente, estão criadas as condições para permitir à União de Freguesias um crescimento sustentável. Temos no PDM terrenos com aptidão industrial para em caso de necessidade criar alguma centena de postos de trabalho, isto se a economia evoluir favoravelmente. Em termos habitacionais, o PDM também tem disponíveis zonas de construção para que as famílias possam optar viver na aldeia ou mais próximo dos grandes centros. Mas tenho a certeza que com as condições que estão criadas nestas pequenas freguesias a opção será a permanência nas próprias. Quanto a atividades culturais e desportivas, temos associações na União de Freguesias que mantêm as suas atividades regulares. Temos o Grupo folclórico de Souto São Salvador que é um embaixador de nossa região em todo o país. Temos os Baketas que na sua atividade cultural dão apoio a algumas dezenas de crianças e jovens. Temos o Grupo desportivo Soutos e Gondomar que participa nos campeonatos de futebol da associação Futebol Popular de Guimarães. Temos o Sport Clube Estrelas Vermelhas, que tem uma equipa de futsal feminino que esta a participar no campeonato de futsal organizado nos multiusos de Fafe. Temos a Associação de Caça e Pesca que muito tem contribuído para a conservação da natureza na nossa área florestal da freguesia. Temos a recém-criada Associação Cultural com a designação



“Santa Maria com Vida”, os fins a que se destina são para dar legalidade a varias atividades populares que se realizam nas nossas aldeias e assim temos cobertura legal para as poder promover. Sr. Presidente, este edifício onde nos encontramos hoje, posso dizer-lhe que passei algumas noites sem dormir para conseguir a aquisição do terreno, a elaboração do seu projeto e a construção do mesmo. Mas valeu a pena. Era um sonho para mim e para a equipa que me acompanhou, durante anos, que era termos condições para a nossa comunidade. Agora, dá muito prazer ver a felicidade das nossas crianças, os pequeninos a desenhar os primeiros rabiscos, os adolescentes a apresentarem peças de teatro e outras atividades, e os mais adultos em convívios, como por exemplo na Gerações em Movimento. É um prazer ver estas três gerações passarem momentos felizes. E daí, Sr. Presidente, valeu a pena todo o esforço e empenho da minha equipa durante anos, sinto-me realizado como autarca e tenho a sensação de dever cumprido. Quero agradecer ao Sr. Presidente o investimento na União de Freguesias nos últimos anos, no melhoramento das acessibilidades. Por exemplo na rua D. Afonso Henriques em Gondomar, na rua da Liberdade e Domingos Macedo em Souto São Salvador; e recentemente a requalificação da rua de Santa Maria, que é um acesso muito importante às industrias aí localizadas. Um agradecimento a todos os voluntários que trabalham nas associações da União de Freguesias, sem eles as atividades culturais e desportivas não seriam possíveis. Quero agradecer aos Srs. Vereadores todo o trabalho que fazem em prol desta causa. Ao Sr. Presidente Domingos Bragança, um agradecimento muito especial, por esta oportunidade de realizar em Souto Santa Maria esta reunião de Câmara. Terminando desejando

a todos os presentes um feliz Natal e um bom Ano 2017. Sejam felizes!” -----

De seguida, o Presidente da Câmara saudou o Presidente da Junta da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, **Dionísio Cardoso Ribeiro**, a quem aproveitou para agradecer toda a colaboração e disponibilização do Centro Social para a realização desta reunião, e restantes elementos do Executivo, os membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar, o Reverendo Padre **João Ribeiro**, Pároco das Paróquias de Souto Santa Maria e de Souto São Salvador, o Presidente da Junta de Freguesia de Gonça, **Francisco Costa e Silva**, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, **Fernando Augusto de Macedo Lourenço**, o Presidente da Junta Freguesia de Azurém, **Castro Antunes**, o Presidente da Junta de Freguesia Moreira de Cónegos, **Paulo Renato**, o Presidente da Junta de Freguesia de Barco, **Sérgio Silva**, a Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia e Briteiros S. Salvador, **Joaquina Antunes**, o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, **Dr. Costa e Silva**, o Diretor Executivo da Vítrus, **Dr. Daniel Pinto**, o Diretor do Agrupamento de Escolas de Biteiros, **Prof. Fernando Silva**, a Coordenadora da Escola Básica de Souto Santa Maria, **Professora Alice Tomé**, a Educadora de Infância **Lígia Monteiro** do Jardim de Infância de Souto Santa Maria, os alunos do 8º Ano da EB 2,3 de Briteiros e professores acompanhantes, **José Manuel Martins**, representante do Grupo Folclórico de Souto S. Salvador, **Ana Isabel Ribeiro Azevedo**, representante Grupo de Bombos Os Baketas, **José Luis Ribeiro**, Presidente da Associação de Ciclismo do Minho, **Joel Cardoso Ribeiro**, representante do Sport Clube Estrelas Vermelhas,



**Fernando Cunha**, representante da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário de Souto Santa Maria, **Domingos Cardoso**, Representante dos Amigos das Reisadas, **Sérgio Fernandes**, Representante do Centro Social de Souto S. Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar, equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha e presta apoio à realização das reuniões descentralizadas, jornalistas presentes, amigos da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar e vimaranenses. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido alguém. -----

Na sequência, o Presidente da Câmara anunciou que iriam ser feitas duas apresentações sobre intervenções a realizar nesta localidade, uma pelo Presidente da Direção da Associação de Ciclismo do Minho, José Luís Ribeiro, e outra pelo Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Arq. Artur Corte Real. -----

José Luís Ribeiro fez, então, uma apresentação sobre a criação de um centro municipal de BTT no parque desportivo de Souto Santa Maria, em concertação com a Associação de Ciclismo do Minho/Federação Portuguesa de Ciclismo, a União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar e a Cooperativa Tempo Livre, tendo em vista proporcionar a prática de uma ou mais disciplinas de ciclismo por todos os interessados, independentemente da idade, condição física e motivações. Referiu que o projeto, dividido em três fases, a primeira das quais deverá estar concluída até ao verão do próximo ano, inclui a criação inicial de um circuito permanente de BTT Cross Country Olímpico (XCO), de uma rede de percursos de BTT com diversos níveis de dificuldade e de condições para acolhimento de estágios e de partidas e chegadas de competições de várias vertentes do ciclismo. -----

Sobre esta intervenção, o Presidente da Câmara disse que este é um projeto prioritário para o concelho de Guimarães, que permitirá reforçar a coesão social, também através da prática desportiva. ---

Posteriormente, o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, **Arq.º Artur Corte Real**, apresentou o projeto de requalificação das principais vias de ligação entre Souto Santa Maria e Souto S. Salvador, a beneficiação da área envolvente ao cemitério de Gondomar e a valorização da levada do Vaqueiro, no rio Ave.-----

Depois desta intervenção, o Presidente da Câmara destacou a prioridade concedida à intervenção no rio Ave, assim como à requalificação da área envolvente ao cemitério de Gondomar e o alargamento da via de acesso à igreja de Souto S. Salvador. Disse, ainda, que as intervenções vão estruturar esta União de Freguesias, que disse considerar uma zona de beleza extraordinária, fazendo questão de elogiar o trabalho da Comissão Social Interfreguesias de Castreja pela envolvimento conseguida com as pessoas e com a comunidade escolar, no sentido de vincar a forte coesão social e valorização da identidade cultural. -----

Seguidamente, foi dada a palavra aos Vereadores que se inscreveram: -----

**1 - Vereador André Coelho Lima** – Saudou o Presidente da Câmara, os Vereadores, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, os restantes Presidentes de Junta de Freguesia presentes, o Padre João Ribeiro e o Diretor do Agrupamento de Escolas de Biteiros, Prof. Fernando Silva. Considerou o Agrupamento de Escolas como elemento aglutinador que favorece a coesão social juntamente com a Comissão Social Interfreguesias Castreja e a Cooperativa Castreja, constituindo um exemplo para o concelho esta coligação de esforços feitos nesta região. Continuou, saudando os





representantes da EB1 e Jardim de Infância, o Presidente da Associação de Ciclismo do Minho, felicitando-o pela apresentação que fez, os representantes do Grupo Folclórico de Souto S. Salvador, do Grupo de Bombos Os Baketas, do Sport Clube Estrelas Vermelhas, os membros de Comissões de Festas e Grupo de Reisadas presentes. Disse que a história destas freguesias confunde-se com a história dos seus monumentos, referindo a dimensão natural como a mais importante, sobretudo as linhas de água, os moinhos e a “Levada do Vaqueiro” como a marca natural desta região do concelho, sendo o que valoriza o território porque o diferencia. Acrescentou que a variedade é o que traz riqueza ao território concelhio sendo esta zona, que se caracteriza pela sua natureza, de grande orgulho para os vimaranenses. Referiu o Mosteiro de Souto S. Salvador, fundado em cerca de 1140 por D. Paio Peres da Cunha, doze anos depois da Batalha de S. Mamede, relevando a existência de um edifício com uma marca histórica num território predominantemente rural. Abordou a questão da agregação das freguesias desta região, recordando as manifestações ocorridas nas Assembleias de Freguesia de Gondomar e Donim, que pretendiam agregar-se entre si, não tendo tal acontecido. Disse não ter a certeza de que esta agregação tivesse sido o cenário ideal uma vez que não era o desejado pelas populações. Continuou, dizendo que havia ainda algum trabalho a fazer no que respeita ao abastecimento de água e saneamento, bem como ao melhoramento das vias, reconhecendo que, a este nível, a Câmara Municipal tem realizado um investimento avultado. Referiu os Loteamentos da Cumieira e da Marieira como processos que necessitam de ser resolvidos do ponto de vista do licenciamento. Terminou, referindo que a questão da poluição ambiental é uma preocupação que deve ser de todos, realçando a

natureza, a beleza, o bem-estar e a qualidade de vida que se respira ao entrar no território desta União de Freguesias.-----

**2 - Vereador José Torcato Ribeiro** – Saudou todos os presentes, especialmente o Presidente da Junta da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar. Cumprimentou os restantes autarcas presentes e as instituições culturais, sociais, educativas, desportivas e religiosas. Saudou especialmente os alunos da EB1 e Jardim de Infância de Souto Santa Maria pelo espetáculo que proporcionaram. Elogiou a realização das reuniões descentralizadas, considerando ter sido uma decisão política consensual. Congratulou-se com a criação de um centro municipal de BTT no parque desportivo de Souto Santa Maria, que contribuirá para uma maior fruição daquela infraestrutura. Disse ter recentemente feito uma visita a esta região no sentido de aferir o sentimento relativo à agregação das três freguesias, tendo concluído que o processo não foi bem conduzido, pois contrariou a vontade das populações. Disse ter sido apresentado um projeto de lei na Assembleia da República no sentido de reverter o processo de agregação das freguesias, tendo em vista resolver os problemas suscitados por aquele processo. Afirmou fazer sentido canalizar o investimento nesta União de Freguesias para o Rio Ave, fazendo com que possa ser fruído por todos e tornando-se um polo de atração turística. Relativamente ao património arquitetónico referiu a beleza da Igreja de Souto S. Salvador, que importa preservar. Disse, ainda, considerar que as questões estruturantes desta União de Freguesias estavam resolvidas. Lembrou que no passado dia 13 de dezembro se comemorou 40 anos do poder autárquico, comentando não ter havido manifestações de festejos, tendo as atenções estado focadas nas comemorações dos 15 anos de elevação do Centro Histórico a Património da Humanidade.



Terminou, desejando Boas Festas a todos e parafraseando Álvaro Cunhal disse “A todos desejo que, vida fora, realizem os seus sonhos”. -----

**3 - Vereador António Monteiro de Castro** – Cumprimentou o Presidente da Câmara, os Vereadores, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar e restantes autarcas, o Padre João Ribeiro, os professores presentes e representantes das instituições locais. De seguida, leu, em voz alta, um documento sobre as Nicolinas solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Na passada terça-feira, tive a oportunidade de estar presente numa conferência decorrida na black box da Plataforma das Artes cujo tema era, “Património cultural imaterial no terreno. Expectativas, experiências e perpetivas”. Desde 1973, ano em que entrei no Liceu Nacional de Guimarães, fui como a generalidade dos jovens da altura Nicolino, sobretudo Nicolino da componente diurna, amante do rufar das caixas e das maçanetas nos tambores, pouco participante nas restantes festas, sobretudo nas festas da noite. Um Nicolino, de qualquer modo, como penso serem todos os presentes nesta mesa. Mas não é isso que interessa agora já que é na qualidade de vereador desta Câmara, de membro deste executivo, que estou a dirigir estas palavras. A candidatura das Festas Nicolinas a Património Cultural Imaterial da Humanidade é, penso eu, questão que a todos nos unirá, ou melhor, é algo que todos queremos e desejamos há já vários anos. De facto, é uma questão que nos une desde o início, desde que foi aprovada na Assembleia Municipal em Dezembro de 2005 uma moção apresentada pelo PSD e depois subscrita e aprovada por todos os partidos com assento naquele órgão. Sendo pois questão unânime ao nível partidário, mereceu

depois a realização de várias audições das instituições Nicolinas, aquelas cuja opinião afinal mais importa, tal como aliás muito bem dizia na conferência a Dra. Clara Cabral, membro da Comissão Nacional da Unesco, numa intervenção merecedora de elogio pela clareza e pelo que teve de elucidativo quanto à simplicidade destes processos, afirmando *"que se temos dúvidas sobre se uma candidatura deve ou não avançar, perguntemos aos agentes, aos protagonistas do evento, e eles, melhor do que ninguém, saberão dizer se é isso que pretendem"*. Ora, meus senhores os agentes das Nicolinas pronunciaram-se de modo formal completamente a favor desta candidatura perante uma Comissão Especializada da Assembleia Municipal em 2008, assim como em vários outros momentos posteriores. Dando seguimento a esta intenção emanada da Assembleia Municipal contratou a Câmara, em 2011, o CRIA, liderado pelo antropólogo **Jean-Yves Durand**. Contratou e pagou €50.000 por um serviço. Pela candidatura das festas Nicolinas a património Cultural Imaterial da Unesco. Ora, nós, Município, temos que perguntar o que é que foi feito até hoje. Porque convenhamos. Cinco anos é muito tempo. Todos reconheceremos, com certeza, que uma realidade tão documentada como esta, que mesmo antes de tudo ter início possuía já publicações e investigações de vários autores como de A.L. de Carvalho, Lino Moreira da Silva, Manuela Alcântara, Capela Miguel, entre outros, não precisaria de cinco anos para fazer a sua inscrição no Inventário Nacional. Sim porque foi apenas disso que se tratou: da sua Inscrição no Inventário Nacional, passo primeiro e indispensável para a formalização de uma candidatura a Património Imaterial da Unesco. Sr. Presidente da Câmara Senhoras e Senhores Vereadores, As palavras que hoje a todos dirijo têm a ver com o facto de anteontem, mais uma vez, ter



ouvido este investigador, cujos serviços a Câmara, como se disse, contratou com uma finalidade, a pronunciar-se sobre o tema. E, sinceramente, estou convencido que não seria possível ter ouvido maior crítico das candidaturas a Património Cultural Imaterial. Ele parece estar contra tudo. Estar contra a UNESCO. Estar contra este tipo de candidaturas. Considera que elas são ou podem ser perniciosas para as tradições. Considera que as podem globalizar e que isso pode ser um perigo para elas. Considera que em países que ele toma por mais desenvolvidos que Portugal, estas realidades não têm qualquer importância. Considera que as candidaturas podem incrementar o turismo e a economia em torno destes fenómenos, considerando tal circunstância potencialmente negativa e, portanto, evitável. Quase que me apetecia dizer, tal como muito bem o fez a Dra. Isabel Fernandes, na sua também brilhante exposição, que se em Portugal nos envolvemos na classificação das nossas tradições isso só pode dizer bem do nosso Povo, e que se houver efeitos económicos em torno destes fenómenos isso só pode ser positivo para a manutenção e sustentabilidade futuras das tradições. De resto Snr. Presidente e senhoras e senhores vereadores, já de outra vez, em Março de 2014 ouvimos, com alguma estupefação, da voz deste responsável contratado pela Câmara Municipal para a nossa candidatura, que os excessos alcoólicos ocorridos aquando dos principais momentos das festas Nicolinas poderiam, de algum modo, constituir um problema para a candidatura. Agora, desta vez, dois anos e meio depois, vemos escrito no JN de ontem que o responsável que Guimarães contratou para avançar com esta candidatura considera existirem *“possíveis efeitos colaterais que os vimaranenses têm que ponderar muito bem antes de decidirem se precisam de avançar”*. Ora, Sr. Presidente, é isto que me leva a dirigir estas palavras a esta

Câmara e particularmente ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador da Cultura, Nós, na coligação Juntos por Guimarães, consideramos muito respeitáveis as posições que o Sr. Jean-Yves Durand possa ter acerca dos eventuais efeitos perniciosos das classificações como Património Cultural Imaterial, mas como vereadores deste executivo, não lhe concedemos o direito de dizer que “os vimaranenses têm que ponderar muito bem antes de decidirem se precisam de avançar”. Porque não é a ele que compete fazer tais reflexões, nem tão pouco suscitar que essas reflexões sejam agora feitas. Distingamos muito bem o que é o papel dos técnicos e o que é o papel dos políticos. Os políticos tomam as decisões. Ponderam, refletem, medem os impactos e decidem. E temos que partir do princípio que nós que aqui estamos não somos todos tolos ou desprovidos de capacidade de entender e querer, já que maturamos muito bem o que queremos antes de avançar com esta matéria. E, em concreto, a candidatura das Festas Nicolinas, foi aprovada por unanimidade pelos sete partidos na Assembleia Municipal em 2005 e depois em 2008. E novamente aprovada por unanimidade na Câmara em 2011. Essa ponderação que o sr. Investigador diz que temos que fazer, já a fizemos. Fizemo-la nós e fizeram as instituições Nicolinas. E depois de a fazermos decidiu a Câmara contratá-lo. Não lhe concedemos, com toda a franqueza e com todo o respeito, a autoridade para nos vir agora dizer que às tantas não sabíamos bem o que estávamos a fazer quando o contratamos. Porque sabíamos, como sabemos. O que me parece claro é que o investigador que a Câmara contratou e a quem pagou €50.000, é que não acredita ou nas possibilidades da candidatura ou no interesse dessa candidatura. E se assim é, a única postura que eticamente lhe seria admissível era a de recusar a sua contratação para este serviço, o que não fez, como sabemos. Ora,



o que não é admissível Sr. Presidente, é que esta Câmara tenha na pessoa que contratou para formalizar a candidatura, o maior obstáculo às possibilidades de sucesso da mesma candidatura. Ouvi ontem a respeitadíssima Dra. Isabel Fernandes a falar com entusiasmo na candidatura da Olaria de Bisalhães por ela protagonizada e que obteve já sucesso através da sua classificação como Património da Humanidade. Ouvi a representante da UNESCO em Portugal, Dra. Clara Cabral, a expor os pressupostos das candidaturas nos quais percebemos que cabem perfeitamente, e de forma simples, as Festas Nicolinas. E depois ouvimos da pessoa que a Câmara contratou para essa finalidade a colocação de dúvidas, hesitações, lições aos políticos para que pensem bem sobre as consequências da classificação, e sobretudo exposição dos fatores negativos da candidatura. Coisa que não lhe compete. Já viu, Sr. Presidente, o que seria se as pessoas responsáveis pela candidatura do Centro Histórico a Património da Humanidade apresentassem fotografias das marquises, das intervenções em betão armado ou mesmo de obras como o edifício dos correios ou mais grave ainda do edifício da antiga GNR, tudo máculas para essa candidatura? Já viu o que seria se **Rui Vieira Nery**, responsável pela candidatura do Fado, de cada vez que falasse sobre o tema viesse dizer que o fado começou como uma tradição ligada à boémia, à vida noturna, aos vencidos da vida que encontravam ali o refúgio em noite de copos? Como é evidente, porque são pessoas razoáveis, o que aconteceu foi precisamente o contrário. Quem defende e é contratado para defender uma candidatura como estas, deve elevar os seus pontos positivos e não os seus pontos negativos. Deve, no fundo, dar seguimento ao mandato que lhe foi confiado e pelo qual lhe foi paga uma quantia avultada, e não ser o maior obstáculo ao seu sucesso e ser no

fundo aquele que, de cada vez que fala publicamente, só exhibe óbices ao trabalho que lhe foi contratado. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Peço desculpa pela extensão da intervenção mas a importância do assunto parece-me ser merecedora do tempo tomado. Porque me pareceu claro que a Câmara contratou alguém que poderá não ser a pessoa mais motivada e mais disponível para levar a cabo com sucesso a tarefa que lhe confiou. Porque me parece claro que dispensamos bem, técnicos que nos venham, publicamente, chamar a atenção sobre as reflexões políticas que nos competem a nós fazermos. Porque me parece também claro que a Câmara como entidade responsável pela pessoa contratada, deverá esclarecer com o Sr. Investigador que não é admissível que alguém que tenha contratado para lutar por uma candidatura, seja provavelmente o seu maior detrator. Não o contratou para vir publicamente expressar as suas opiniões pessoais sobre as candidaturas, o seu interesse e a sua relevância para a comunidade. Contratou-o para dar seguimento a um mandato, após as realizações dessas reflexões a quem elas competem: aos políticos eleitos e não aos técnicos contratados para dar sequências às decisões políticas. A Câmara e as suas decisões, tem que se fazer respeitar. É sobretudo esta preocupação pelo insucesso da candidatura, pela constatação da falta de fé do autor na candidatura, a razão da minha intervenção.” -----

**4 - Vereador Ricardo Araújo – a)** - Saudou todos os presentes, dizendo querer abordar a opção de aquisição do terreno destinado à construção do Cemitério de Briteiros Santo Estêvão que hoje é dada a conhecer à Câmara. Recordou que este processo era antigo e que, ao tempo, os proprietários doavam os terrenos, sem qualquer custo para a autarquia. Lamentou, por isso, o processo político inerente a esta aquisição condenando, por um lado, o





atraso na satisfação dessa necessidade e, por outro, a existência de custos para a Autarquia, quando poderia ter sido gratuito; **b)** - Disse também querer intervir no domínio da valorização do exercício dos cargos políticos, o que permite melhorar a qualidade da democracia e aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e nos políticos, considerando que a maturidade das democracias também se mede pela qualidade do debate político e público. Disse ver o exercício de cargos políticos como um exercício de responsabilidade acrescida enquanto cidadãos, entendendo que todos devem refletir contribuindo para melhorar e aumentar a transparência nos procedimentos, que não se reduz ao cumprimento da legislação. A propósito, referiu a necessidade de ser criado um grupo de trabalho tendo em vista averiguar de que forma se pode melhorar a salvaguarda dos titulares de cargos políticos, seja através de maior transparência nas contratações públicas, nos convites e nas contratações de recursos humanos. Por último, referiu o recurso a júris externos como uma forma de contribuir para uma maior transparência política. -----

**5 - Vereador José Bastos** – Cumprimentou todos os presentes e, de seguida, fez prestou esclarecimentos sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro. Começou por dizer que o objeto do estudo antropológico encomendado ao Antropólogo Jean-Yves Durand teve por objetivo avaliar os aspetos científicos e as condições efetivas de eventual candidatura das Nicolinas a Património Imaterial da Humanidade e de lhe dar densidade uma vez que uma das fragilidades era a inexistência de estudos científicos. Referiu que se verificava existir duas formas distintas de ver as Festas Nicolinas: uns entendem que aquilo que é dos Nicolinos é para universalizar, abrindo a toda a humanidade e outros defendem que as Festas Nicolinas são para que os Nicolinos

as vivam e participem nelas. Disse, ainda, não ter havido consenso entre as entidades ouvidas pela comissão especializada que foi criada pela Assembleia Municipal. Finalmente, disse que o Técnico contratado apenas tem reforçado a credibilidade da candidatura chamando a atenção para questões importantes que devem ser tidas em linha de conta na altura da sua apresentação, salientando que a Câmara tudo fará para valorizar as Festas Nicolinas. -----

**6 - Presidente da Câmara – a)** - Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse estar a ser resolvido o problema grave do Cemitério de Briteiros Santo Estêvão com uma história muito longa, faltando, ainda, a aquisição de uma parcela para otimizar aquela infraestrutura, não comprometendo, contudo, o projeto. Afirmou desconhecer a alegada oferta de terrenos, pelo que averiguará o historial do processo, trazendo informação mais precisa na próxima reunião de Câmara; **b)** - Disse estar de acordo com a transparência da gestão pública, referindo que o que se não deve fazer é pessoalizar a vida política. -----

Pelas 12:00 horas o Presidente da Câmara, considerando o adiantado da hora, deu a palavra ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Briteiros e aos alunos para que colocassem as questões que pretendessem. -----

**Professor Fernando Silva**, Diretor do Agrupamento de Escolas de Briteiros – cumprimentou todos os presentes e agradeceu as palavras do Presidente da Câmara e do Vereador André Coelho Lima. Felicitou a realização das reuniões de Câmara descentralizadas dada a relevância pedagógica para os alunos, o benefício para as populações, traduzindo-se numa atuação prática de proximidade. Disse existir uma ligação muito forte da escola à comunidade, reconhecendo que o mérito é dos Presidentes de Junta de Freguesia da região. Formulou votos de Boas Festas a



todos, oferecendo ao Presidente da Câmara uma réplica da Pedra formosa, feita pelos alunos do Clube de Empreendedorismo da EB 2,3 de Briteiros. -----

**Aluna Filipa** – Sugeriu a possibilidade de o passe escolar ou o cartão de estudante possibilitar descontos aos alunos que desejarem assistir aos espetáculos culturais nos equipamentos municipais, pedindo, também, a divulgação da oferta cultural concelhia na escola que frequentam. Sugeriu que o passe escolar permita viagens até à cidade ao fim de semana e em horário compatível com a sessão de cinema da tarde. -----

**Aluna Elsa** – Disse que nem todos os autocarros fazem a espera de 10 minutos depois do toque de saída no final do turno da manhã e da tarde. Referiu a falta de segurança em determinados autocarros que na maior parte dos casos circulam com excesso de passageiros originando situações de insegurança para os alunos.

**Presidente da Câmara** – Agradeceu e retribuiu a toda a comunidade educativa os votos de Boas Festas dirigidos pelo Diretor de Agrupamento de Escolas de Briteiros. Disse que as intervenções apresentadas fazem todo o sentido, concretamente na divulgação de oferta cultural nas escolas e na redução de preço dos espetáculos culturais. Considerou que é necessário melhorar muito ao nível dos transportes escolares. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 243 a 264 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de novembro, das seguintes propostas: **a)** – “Grandes Opções do Plano e orçamento 2017 – Plano Plurianual de Investimentos – Plano de Atividades – Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2017 – Regulamento de Execução

Orçamental – Mapa de Pessoal 2017 – Orçamento das Entidades Participadas”; **b)** – “Imposto Municipal sobre Imóveis”; **c)** – “Derrama sobre a Coleta de 2016 (a cobrar em 2017)”; **d)** – “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2017”; **e)** – “Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas – Ano de 2017”; **f)** – “Pedido de Reconhecimento de Interesse Público para Empreendimento Turístico – Florentino Armando Faria Cardoso”; **g)** – “Pedido de Reconhecimento de Interesse Público para a Construção de um Equipamento Desportivo e Lazer do Centro Social de Guardizela”; **h)** – “Parque de Estacionamento de Camões – Utilidade Pública e Posse Administrativa”; **i)** – “Expropriação do Direito de Arrendamento – Prédio sito na Rua da Ramada – Requalificação Urbanística da Zona de Couros”; **j)** – “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Guimarães”; **k)** – “Carta de Compromisso para a Rede Informal de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas”; **l)** – “Participação de Guimarães em redes Internacionais de Ambiente e Sustentabilidade”; **m)** – “Alterações de Trânsito decorrentes da Empreitada de “Requalificação do Parque das Hortas e Área Envolvente” – União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, e Freguesia da Costa”; **n)** – “Protocolo a celebrar com a EDP – Alteração ao Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em baixa Tensão na área do Município de Guimarães”; **o)** – “Freguesia de Creixomil – Alteração da menção das Obras no Mapa de Repartição de Apoios a conceder para o ano de 2016 no que diz respeito à Freguesia de Creixomil”; **p)** – “União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães – Revogação do Contrato de Atribuição de



Subsídio – Ano de 2016 e Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”; **q)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos – Proposta de Alteração ao Protocolo com a Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos – Projeto Raízes”; **r)** – “União das Freguesias de Serzedo e Calvos – Relva Sintética para o Ringue Desportivo de Serzedo – Atribuição de Subsídio”; **s)** – “Freguesia de Infantas – Cedência de Autocarro”; **t)** – “Freguesia de Nespereira – Construção de um Muro de Suporte de Terras, Passeio e Drenagem de Águas Pluviais na Rua Nova de Martim”; **u)** – “Freguesia de Ronfe – Pavimentação da Rua 1.º de Maio, Rua Chefe Martins, Rua da Cruz, Rua D. Afonso Henriques, Rua de Mesão Frio e Rua Dr.ª Ália Pimentel”; **v)** – “Freguesia de S. Torcato – Construção de Rede de Drenagem de Águas Pluviais, Rua de Souto”. -----

**2.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de novembro de 2016, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: “Conservação corrente do pavimento das vias do concelho de Guimarães - 2017, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €368.530,86 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE,

ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €368.530,86 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta de mais baixo preço; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Parcidio Salgado – Chefe da Divisão de Administração Direta; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Gilberto Fortunato Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” -----

**3.** Da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -

**4.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 9 de dezembro de 2016, que concordou com a aquisição, a Anabela de Macedo Fernandes, de duas parcelas de terreno necessárias à construção de um novo cemitério na freguesia de Briteiros Santo Estevão, pelo valor de €40.000,00. -----

**5.** Do Relatório de Monitorização do Orçamento Participativo no Concelho de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----



**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

O Vereador Ricardo Araújo não participou na discussão e na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE – CONTA FINAL**

– Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por “Requalificação do Parque das Hortas e Área Envolvente”, adjudicada a “Empresa de Construções Amândio de Carvalho, S.A.” por €1.975.096,58, nos valores, respetivamente, de €1.961.116,46 + IVA e de €25.235,83 + IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - 2017 - INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação e beneficiação de arruamentos da rede viária municipal - 2017, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €4.373.377,84 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08, de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09, de 2 de Outubro) e do

valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €4.373.377,84 + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargo e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA RUA DE FRANCOS E NOVO ACESSO À UNIVERSIDADE DO MINHO - AZURÉM - INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte proposta: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de Reperfilamento da Rua de Francos e Novo Acesso à Universidade do Minho - Azurém, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia





cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €1.590.592,18 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.74 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.590.592,18 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargo e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**FREGUESIAS – FREGUESIA DE ALDÃO - ALTERAÇÃO AO**

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Aldão, para a execução da obra de Construção e Requalificação de passeios em vários arruamentos da freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.785,68. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ser possível concluir as obras acima identificadas até ao final do ano de 2016, solicitando a respetiva alteração do prazo do Protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 15 de setembro de 2016, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017”, bem como a transferência da correspondente verba para 2017, ou seja, €8.785,68.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----  
FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIA DE ABAÇÃO E GÉMEOS  
– PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS FLORES, EM ABAÇÃO –**

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se pavimentar a rua das Flores, em Abação, tendo a União de Freguesias de Abação e Gémeos solicitado o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, nomeadamente a referente à aquisição dos materiais necessários, sendo que a mão-de-obra e o equipamento seriam da responsabilidade da freguesia. Na sequência do solicitado, o



Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €9.273,72 (IVA incluído), correspondente aos materiais a adquirir, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à União de Freguesias de Abação e Gémeos para a pavimentação da rua das Flores, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €9.273,72, correspondente ao valor da despesa estimada com a aquisição dos materiais necessários, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE FERMENTÕES - AQUISIÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO** – Presente a seguinte

proposta: “No âmbito da obra de requalificação do Centro Cívico, a Freguesia de Fermentões solicitou o apoio da Câmara Municipal para a aquisição do levantamento topográfico da área compreendida entre a Ponte Romana e a E.B.1 do Motelo, apresentando a respetivo fatura no valor de €2.500,00. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu a análise e a validação da fatura apresentada. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Fermentões, no valor total de €2.500,00, referente à aquisição do levantamento topográfico da

área compreendida entre a Ponte Romana e a E.B.1 do Motelo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 E APROVAÇÃO DE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –** Presente a

seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a execução da obra “Pavimentação da rua da Agrela em Briteiros S. Salvador, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €12.900,00. A Presidente da Junta da União de Freguesias informou da necessidade em proceder à construção de muro e requalificação da zona junto ao Rio Febras, em Briteiros S. Salvador, pelo que propôs executar esta obra, em substituição da Pavimentação da rua da Agrela em Briteiros S. Salvador. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação das deliberações da Câmara Municipal de 23 de abril de 2016, e da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2016, que aprovaram aquele Contrato de Delegação de Competências. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013, de 12



de setembro, a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a construção de muro e requalificação da zona junto ao Rio Febras, em Briteiros S. Salvador, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2017, no valor de €12.900,00.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE DA ESCOLA E.B. 2,3 E NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR** – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se

executar os trabalhos de requalificação da zona envolvente da escola E.B.2,3 Arquiteto Mário Cardoso, bem como o novo acesso ao Centro Escolar, nomeadamente a construção e reparação de passeios, construção de condutas de águas pluviais, construção de baías de estacionamento, construção de um parque de estacionamento em frente ao Pavilhão, na freguesia de Ponte, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito, apresentando uma estimativa do investimento no valor de €110.000,00. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição, à Freguesia de Ponte, de uma verba no valor de €60.000,00, destinada à requalificação da zona envolvente da escola E.B.2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, bem como o acesso ao Centro Escolar, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, sendo que o remanescente da verba

necessária será contemplado no próximo ano, no âmbito dos protocolos a celebrar em 2017. A ser aprovada, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS PARA A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DESTINADO À INSTALAÇÃO DE UNIDADE MÓVEIS OU AMOVÍVEIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO** – Presente a

seguinte proposta: “A freguesia de Moreira de Cónegos, decorrente da presença do Moreirense Futebol Clube, possui uma significativa atratividade de atividades económicas associadas à prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário. Contudo, apesar da periodicidade das competições associadas à atividade do clube, as datas exatas da sua realização revestem-se de alguma imprevisibilidade, da qual resulta uma inviabilidade no planeamento dos prestadores dos serviços referidos. Atento o exposto, e considerando a proximidade dos serviços respetivos, a junta de freguesia de Moreira de Cónegos manifestou interesse na assunção da competência para a gestão do espaço público destinado à instalação de unidade móveis ou amovíveis para prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário. Considerando o objetivo do município na descentralização da atividade autárquica, visando o aumento da eficácia na resposta aos problemas e necessidades que devem ser ultrapassados todos os dias no território correspondente a cada



freguesia. Considerando que, até à data, o município não promoveu qualquer delegação de competência de gestão do espaço público, no âmbito do licenciamento de atividades comerciais. Submete-se à consideração superior, para subsequente deliberação do executivo, contrato interadministrativo de delegação de competências anexo, visando a gestão do espaço público municipal na Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, destinado à instalação de unidades móveis ou amovíveis para prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário.” A minuta do contrato interadministrativo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É efetivamente gritante a desfaçatez argumentativa desta maioria. Resistiu sempre, e historicamente, a todas as tentativas de descentralização de competências nas suas juntas de freguesia. Votou sempre contra as inúmeras iniciativas do PSD nesse sentido. Argumentou sempre com a descentralização prevista na lei e com a circunstância de não obrigada a descentralizar mais do que aquilo a que a lei obriga. Disse inclusive, o atual Presidente de Câmara, não concordar com o aumento das transferências diretas para as juntas de freguesia do nosso concelho porque preferia que fosse ele, Presidente de Câmara, a fazer justiça na distribuição de verbas e a decidir onde elas são mais necessárias, o que é uma manifestação gritante dum pensamento radicalmente oposto ao princípio da autonomia das autarquias locais. E agora, perante uma iniciativa que é da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, perante um pedido dessa autarquia e não numa iniciativa política sua, perante

um pedido de aprovação duma descentralização meramente casuística, consegue colocar no texto da proposta que a mesma deve ser aprovada, entre outros, *"considerando o objetivo do município na descentralização da atividade autárquica, visando o aumento da eficácia na resposta aos problemas e necessidades que devem ser ultrapassados todos os dias no território correspondente a cada freguesia"*. O texto é apenas texto. Mas para tudo é preciso alguma decência argumentativa. E, apesar de concordarmos obviamente com esta descentralização, como com todas as outras em que convictamente acreditamos e pelas batalhamos isoladamente durante anos a fio, décadas mesmo, não podemos permitir, quedos, mais esta tentativa de reescrever a história, de ver o Partido Socialista a utilizar um argumentário que é contrário à sua prática, ou no limite, o que faz com igual desfaçatez, a procurar mudar mesmo os seus procedimentos como se sempre os tivesse praticado. Aprovamos, obviamente. Mas não podemos silenciar perante o que consideramos ser a *"chico-espertice"* política, que conta com esta declaração de voto para memória futura. E não tem dignidade de justificar sequer uma intervenção."

**URBANISMO - RECURSO HIERÁRQUICO – PROCESSO DE LICENCIAMENTO N.º 429/13 – RECORRENTE: HELENA CLÁUDIA ALVES DA ROCHA RAMOS** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Jurídica: "**HELENA CLÁUDIA ALVES DA ROCHA RAMOS**, na qualidade de recorrente do processo de licenciamento identificado em assunto, veio apresentar perante a Câmara Municipal um recurso hierárquico do despacho do dia 1 de agosto de 2016, do Vereador Amadeu Portilha, constante do documento que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido (**doc. 1**). Invoca, em suma, uma errada fundamentação de facto quanto às causas da declaração de





caducidade da arquitetura aprovada e uma omissão nas notificações que lhe foram enviadas no âmbito deste processo, mais concretamente a notificação da decisão de caducidade.

**ANÁLISE JURÍDICA – 1. Da legitimidade da recorrente e tempestividade do recurso:**

À luz do art.º 186.º do Código do Procedimento Administrativo atualmente em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA), a recorrente Helena Cláudia Alves da Rocha Ramos detém legitimidade no que concerne à interposição deste recurso hierárquico, por ser titular de um interesse legalmente protegido, uma vez que é proprietária do prédio objeto do presente processo. A decisão que vem impugnada pelo presente recurso foi proferida pelo Vereador Amadeu Portilha, em 1 de agosto de 2016, tendo a respetiva notificação sido enviada à recorrente em 2 de agosto de 2016, e o recurso em análise foi enviado à autarquia pelo correio em 3 de novembro de 2016, recebido pelos serviços municipais a 7 de novembro de 2016. Ora, tratando-se de um recurso hierárquico segue as disposições reguladoras constantes dos art.ºs 193.º e seguintes do mesmo diploma legal e o prazo de interposição é 30 dias após o conhecimento do ato, conforme n.º 2 do art.º 193.º. De acordo com as datas acima indicadas, o prazo de trinta dias após o conhecimento do ato encontram-se largamente ultrapassado. Na verdade, se a recorrente foi notificada do ato em 2 de agosto de 2016, o prazo de trinta dias terminaria no dia 14 de setembro passado. Em face do exposto entendemos, salvo melhor opinião, que o recurso é intempestivo, pelo que deveria ser rejeitado, nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 196.º do CPA. No entanto, ainda que assim possa não ser entendido, pronunciar-nos-emos, de seguida, quanto ao objeto do recurso administrativo e à análise técnica e jurídica da mesma: **2. Da decisão recorrida -**

**competência:** Atento o disposto no n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, compete à Câmara Municipal a decisão de concessão de licença de *"obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor"* (al c) n.º 2 do art.º 4.º). Por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013 esta competência foi delegada no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação. Nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências, datado de 2 de janeiro de 2014, esta competência encontra-se subdelegada no Vereador Amadeu Portilha. Assim, o presente recurso deve ser objeto de decisão final da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 34.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do art.º 197.º do Código do Procedimento Administrativo. O prazo para a decisão do recurso é, nos termos do art.º 198.º do CPA, de 30 dias, prazo que terminará no dia 21 de dezembro. Assim, tratando-se de decisão que têm que ser proferida pela Câmara Municipal, órgão executivo, a decisão deverá ser tomada na próxima reunião agendada para o dia 15 de dezembro. **3.**

**Apreciação técnica** - Quanto aos argumentos de facto apresentados pela recorrente, o teor da exposição foi analisado pelos serviços da Divisão de Urbanismo, conforme informação em anexo (**doc. 2**), e na qual são prestados os esclarecimentos relativamente ao alegado pela recorrente naquele documento, e que conclui pela manutenção da decisão proferida em 1 de agosto de 2016, e agora posta em causa, pelas razões expostas nesta informação, que aqui igualmente se dão como reproduzidas. A recorrente apresenta, nas suas alegações três pressupostos para



fundamentar a sua discordância com a decisão de caducidade do despacho de arquitetura: **a errada fundamentação de facto do ato:** Neste argumento a recorrente invoca que, tendo apresentado os projetos de especialidades no prazo que lhe foi concedido para o efeito, isto é, antes de perfazer um ano sobre a aprovação da arquitetura, pelo que entende que não é correto dizer-se que os projetos de especialidades não foram apresentados. Na verdade, entende a recorrente que apenas a falta e apresentação das especialidades tem como consequência a declaração de caducidade. Deste modo, o despacho de declaração e caducidade assentaria num pressuposto de facto errado e consequentemente seria anulável, o que expressamente invoca. Ora, na verdade a recorrente apresentou, no prazo aludido, os projetos das especialidades. No entanto, quer da informação prestada pela Divisão de Urbanismo, quer da análise do processo pode constatar-se que a recorrente, em 1 de junho de 2016, apenas apresenta algumas especialidades, tendo sido notificada de que estariam em falta o projeto de arranjos exteriores e o projeto de pavimentação do domínio público. No prazo concedido para o efeito a recorrente não apresentou os projetos em falta, pelo que foi determinado que se procedesse à audiência prévia da recorrente quanto à intenção de declaração de caducidade, por falta dos projetos de especialidades supra referidos. Neste período concedido para a audiência prévia a recorrente nada veio dizer ao processo, não apresentou os documentos solicitados nem as razões pelas quais não o fez. Deste modo, não restaria ao decisor outra decisão que não fosse a declaração de caducidade do despacho de arquitetura, como veio a acontecer através do despacho de 1 de agosto passado, agora em análise. **a omissão das notificações:** A recorrente vem invocar a deficiente notificação dos atos que

respeitam a este processo, em concreto da notificação para se pronunciar, em sede de audiência prévia, em relação à decisão de intenção de declaração de caducidade do despacho que aprovou o projeto de arquitetura e da sua posterior declaração. A recorrente refere que manifestou o desejo de ser notificada através de um endereço de e-mail, que consta dos seus requerimentos, no entanto entende que isso não significa que prescindiria das suas notificações pessoais. Refere, ainda, que no início do processo todas as notificações lhe foram remetidas por carta para a morada indicada e para o endereço eletrónico e só após a entrada dos projetos das especialidades é que as notificações passaram a ser exclusivamente através de correio eletrónico, não tendo sido remetida qualquer notificação para a sua morada. Entende que se verifica, assim, uma *"clara omissão das notificações o que gera a ineficácia e a nulidade ou anulabilidade de todos os atos consequentes á apresentação das especialidades, em específico do ato que declarou a caducidade."* Como consta da informação prestada pela Divisão de Urbanismo, e da análise do processo apenas a primeira notificação, após entrada do requerimento inicial em 20 de fevereiro de 2015, foi efetuada por via postal, que consta a fls. 32 do processo. Todas as restantes notificações foram efetuadas através de correio eletrónico. Não assiste, assim, razão à recorrente nas suas alegações. Efetivamente, nos requerimentos que apresentou indicou sempre o correio eletrónico, declarando expressamente, através da colocação de um símbolo "x" no local do requerimento onde se refere *"desejo ser notificado para o presente email"*. Razão pela qual as notificações têm sido enviadas para este endereço eletrónico, como lei habilitante é o art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de



setembro, e não as disposições do novo Código do Procedimento Administrativo, como a seguir melhor se expõe. Este art.º 121.º refere expressamente que *“as notificações e comunicações referidas no presente diploma e dirigidas aos requerentes efetuam-se através do sistema eletrónico a que se refere o artigo 8.º -A, por correio eletrónico ou outro meio de transmissão eletrónica de dados, salvo quando estes não forem possíveis ou se mostrarem inadequados.”* (sublinhado nosso). Assim, tendo a recorrente declarado que pretendia receber as notificações através do correio eletrónico indicado nos seus requerimentos, passou a ser esta a forma de notificação e comunicação com a requerente do processo em causa. **a inaplicabilidade do novo Código do Procedimento Administrativo:** Efetivamente assiste razão à recorrente quando alega que ao seu processo de licenciamento não se aplicam as normas do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, uma vez que, nos termos do n.º 1 do art.º 8.º deste diploma legal relativo à aplicação no tempo e produção de efeitos, *“o disposto nas partes I e II, no capítulo III do título I da parte III e na parte IV do Código aplica-se aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor, sendo as restantes disposições do Código aplicáveis apenas aos procedimentos administrativos que se iniciem após a entrada em vigor do presente decreto-lei.”* Deste modo, o processo da recorrente, que deu entrada nos serviços municipais em 20 de fevereiro de 2015, era já um processo em curso à data da entrada em vigor do CPA (abril de 2015), pelo que não lhe são aplicáveis as normas da Secção II do capítulo II do Título II da parte III, relativas às notificações em procedimento administrativo. No entanto, como supra se disse, as notificações e comunicações efetuadas à recorrente no âmbito do processo de licenciamento

aqui em causa não foram efetuadas ao abrigo da al. c) do n.º 1 do art.º 112.º, mas sim do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, como se disse, artigo cuja redação é anterior à data da entrada do processo nos serviços municipais. **4.**

**Conclusão** - Em face do exposto, verifica-se que o recurso hierárquico interposto se apresenta, a final, intempestivo e sem fundamentação válida, quer de facto, quer de direito, e em consequência: - deve ser indeferido o recurso hierárquico apresentado pela recorrente, nos termos e fundamentos constantes da presente informação e dos documentos em anexo; - confirmar-se o ato recorrido, exarado pelo Vereador com competências subdelegadas, Amadeu Portilha, datado de 1 de agosto de 2016, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O**

**Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por ser o autor do ato recorrido. -----**

**URBANISMO – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - LUIS CALDAS E COUTINHO, LDA –** O Presidente da Câmara informou que este assunto iria ser retirado da ordem de trabalhos por considerar necessário um estudo mais aprofundado, ponderando outros fatores que considera relevantes.

**PROTOCOLOS - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –** Presente a seguinte informação:

"A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (doravante designada abreviadamente por Comissão Nacional) tem levado a cabo todo um processo de



monitorização e de acompanhamento da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que colocou em evidência a necessidade de aumentar a capacidade protetiva destas Comissões. Constatada a manifesta escassez de recursos humanos da CPCJ de Guimarães, em 11 de julho de 2016, foi celebrado entre a Comissão Nacional e o Município de Guimarães um protocolo de cooperação, com o intuito de afetar um técnico para apoio a esta CPCJ, na modalidade restrita, nos termos do previsto no artigo 20º - A da Lei nº 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Não tendo sido possível, até à data, a realização, por parte da Comissão Nacional, de uma monitorização dos resultados obtidos na capacidade protetiva das CPCJ abrangidas pela medida acima referenciada, afigura-se necessário prolongar a vigência do protocolo celebrado com a CPCJ de Guimarães, que cessa a 31 de dezembro de 2016, por forma a tornar possível esta avaliação. Neste contexto, a Comissão Nacional remete à Câmara de Guimarães, uma proposta de alteração ao Protocolo anteriormente celebrado, cuja minuta se anexa. À consideração superior.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS - MINUTA DO PROTOSCOLO PARA A IMPLEMENTAÇÃO EM GUIMARÃES DO GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR DA DIÁSPORA** – Presente a seguinte proposta:

“A 2 de março de 2009 foi celebrado um Acordo de Cooperação entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Guimarães, que permitiu a criação de um Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE), que está a funcionar desde abril de 2009, e que possibilita um apoio efetivo junto de cidadãos que residem ou já residiram fora do país, aos

quais são prestadas informações sobre os seus direitos e também orientação no regresso e reinserção na comunidade vimaranense. Estando estas componentes de apoio social e jurídico devidamente consolidadas, importa agora avançar para uma segunda fase, que pressupõe o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e entidades da sociedade civil, no sentido de criar condições e mecanismos de aproximação às Comunidades Portuguesas, a nível Mundial, numa lógica de partilha de informação útil de interesse comum, com vista ao acesso facilitado a programas, incentivos e outros instrumentos públicos e privados de apoio ao investimento. Neste contexto, é essencial a implementação em Guimarães de um Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), uma estrutura criada em 2013 no âmbito da DGACCP, com os objetivos genéricos de promover e apoiar o investimento originário de comunidades portuguesas e luso-descendentes, facilitar contactos e disponibilizar informações adequadas acerca das condições e enquadramentos jurídicos e institucionais em Portugal, simplificar procedimentos e promover o trabalho em rede, e também aproximar os empresários nacionais ao tecido empresarial destas comunidades. Considerando a pertinência da implementação, no concelho de Guimarães, do GAID, pelos motivos acima explanados, coloco à consideração superior a minuta do Protocolo de Cooperação entre a DGACCP e o Município de Guimarães (em anexo).” A minuta do Protocolo de Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O PLANO NACIONAL DE LEITURA, A CASA DO POVO DE FERMENTÕES E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CONSTITUIÇÃO DE BIBLIOTECA POPULAR** – Presente a seguinte proposta:





“Atendendo à missão do Plano Nacional de Leitura no lançamento de programas e projetos que vão de encontro ao seu objetivo nuclear de promoção da leitura e de combate à iliteracia, atendendo a que estes são também os principais objetos da política de leitura pública do Município de Guimarães, atendendo ainda à pretensão da Casa do Povo de criação de uma Biblioteca Popular que vai de encontro a estes mesmos objetivos para um efetivo desenvolvimento da comunidade local, apresenta-se para devidos efeitos, à reunião do executivo municipal o presente protocolo de parceria.” A minuta do protocolo de parceria dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**- TORNEIO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA ARTÍSTICA –**

Presente a seguinte proposta: “A Ginástica Artística Masculina e a Ginástica Artística Feminina são disciplinas gímnicas que encontram numerosos praticantes e adeptos em todo o mundo, produzindo espetáculos de rara beleza visual e valia técnica, muito apreciados pelo público em geral, o que é revelado, por exemplo, através dos níveis de audiência televisiva das transmissões de competições de Ginástica, designadamente no âmbito dos Jogos Olímpicos. A Federação de Ginástica de Portugal, federação dotada de utilidade pública desportiva, tem feito uma forte aposta na área competitiva, o que permitiu aos nossos ginastas, em particular na área da Ginástica Artística Masculina e da Ginástica Artística Feminina, alcançar, recentemente, resultados históricos em competições internacionais. O Município de Guimarães irá dispor de um novo espaço de prática de Ginástica e um pavilhão multiusos que tem sido um dos “palcos” principais da atividade gímnic que vem acontecendo em Portugal, com uma forte tradição e aposta no

desporto. As excelentes condições que vão existir, devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa da ginástica internacional, trazendo ao município e ao nosso país, a elite dos representantes da modalidade ao nível mundial. As edições da Taça do Mundo em 2010, 2013, 2014, 2015 e 2016, constituíram um enorme sucesso nos aspetos desportivos e económicos, tendo trazido a Portugal um conjunto muito significativo de países e de grandes nomes do desporto mundial, entre os quais Campeões Olímpicos, Mundiais e Europeus e possibilitando a promoção da localidade em Portugal e em todo o Mundo. Reconhecendo a importância da organização de grandes eventos como fator de desenvolvimento da modalidade, na promoção do Município de Guimarães enquanto destino turístico e desportivo e na promoção de estilos de vida ativa e saudável, a Câmara Municipal de Guimarães associa-se em regime de parceria à Federação de Ginástica de Portugal na organização de um Torneio Internacional de Ginástica Artística Masculina e Feminina de Guimarães, em 2017, de 11 a 18 de junho, competição realizada sob a égide da Federação Internacional de Ginástica, comprometendo-se a analisar a viabilidade da realização a longo prazo, de repetidas edições da mesma competição nos anos futuros. Assim sendo, nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 3, do art.º 46º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e considerando, ainda os nºs 3 e 6 do art.º 2º e o art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação, a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com vista à organização do **Torneio Internacional de Ginástica Artística Masculina e Feminina.**” A



minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação:

“Os serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento que estabeleça as regras que orientam a instalação, gestão e funcionamento do AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ASSOCIADA AO CONCURSO**

**PÚBLICO 3/2016 “FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL – 1.800.000 LITROS”** – Presente a seguinte informação: “Aquando do início do procedimento para o fornecimento de gasóleo rodoviário a granel – 1.800.000 litros, os serviços determinaram um compromisso plurianual entre julho de 2016 e junho de 2019. Na sua elaboração foram considerados os fornecimentos parcelares no decurso do concurso público 1/2013 “Fornecimento de gasóleo – 1.600.000 litros”, cuja previsão de consumo indicava o mês de junho de 2016 como limite temporal para a extinção da quantidade total do referido procedimento. Considerando que, na prática, as quantidades previstas no concurso público 1/2013 “Fornecimento de gasóleo – 1.600.000 litros”, apenas se extinguíram no mês de julho do ano em curso. Considerando que o procedimento supra referido – Concurso Público 3/2016 “Fornecimento de gasóleo rodoviário a granel – 1.800.000 litros”, foi alvo de reclamações, submetido a deliberação em diferentes reuniões do executivo nas diversas fases do concurso e sujeito a visto de Tribunal de Contas, regista atualmente um significativo atraso, facto que fundamentou a realização de dois procedimentos de Ajustes Diretos, numa quantidade individual de 140.000 litros. Considerando que, apesar de prestados todos os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas, é entendimento deste que ao contrato deverá ser aditada uma cláusula que, para além da limitação da quantidade preconizada (1.800.000 litros) e valor do mesmo (€ 2.160,000,00), considere ainda o limite temporal previsto na repartição de encargos – junho de 2016, ato que implicará uma significativa redução das quantidades previstas no fornecimento. Será de submeter a deliberação do executivo, e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma alteração da repartição de encargos



associada ao Concurso Público 3/2016 "Fornecimento de gasóleo rodoviário a granel – 1.800.000 litros", de acordo com a seguinte tabela: -----

ANO	QUANTIDADE (l)	VALOR ESTIMADO (€)
2017	600.000	720.000,00
2018	600.000	720.000,00
2019	600.000	720.000,00
TOTAL	1.800.000	2.160.000,00

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – CEDÊNCIA EM COMODATO - ANTIGO ESTABELECIMENTO ESCOLAR DE VERMIL - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL** - Presente a seguinte informação: "A União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil e a CAISA – Cooperativa de Artes, Intervenção Social e Animação, CRL, solicitam a cedência do edifício da escola básica de Vermil, desativado no final do último ano letivo. A CAISA desenvolve as suas atividades nos concelhos de Lousada, Famalicão e Guimarães, faltando-lhes unicamente instalações adequadas ao seu funcionamento em Guimarães, concelho onde foi fundada, pelo que a cedência das instalações da antiga escola básica de Vermil, ainda que partilhada, se reveste de toda a importância para o desenvolvimento da Cooperativa e para candidatura a financiamento que pretende apresentar no âmbito do Programa "Portugal 2020". A União das Freguesias pretende utilizar o espaço para o desenvolvimento de atividades de carácter social, cultural e recreativo destinadas a toda a população. A Divisão de Educação desta Câmara Municipal pronunciou-se favoravelmente quanto à cedência deste edifício, atendendo a que a União das Freguesias

garante o acolhimento, na sede da Junta, dos alunos que passaram a frequentar o Centro Escolar de Ronfe. Estando em causa um financiamento no contexto do Programa "Portugal 2020", por parte da CAISA, com necessidade de recurso a investimentos elevados, foi entendido, por despacho do Sr. Vereador Dr. Ricardo Costa emitido em 28.11.2016, a cedência, em regime de comodato, às entidades acima mencionadas, do antigo estabelecimento escolar de Vermil pelo período de 5 anos, renováveis sucessivamente por períodos de um ano. A merecer concordância, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a cedência à União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil e à CAISA – Cooperativa de Artes, Intervenção Social e Animação, CRL, do antigo edifício escolar de Vermil, sito na rua das Almas, da anterior freguesia de Vermil, descrito na Conservatória do Registo Predial Comercial de Guimarães sob o nº 615/20081219 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1120, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de todas as partes. À consideração superior." A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – CEDÊNCIA EM COMODATO – ANTIGA ESCOLA BÁSICA DE LEITÕES – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO** – Presente a seguinte informação: "A União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo vem solicitar a cedência do edifício da escola básica de Leitões, desativada no final do ano letivo 2015/2016. Pretende a União de Freguesias instalar numa das salas daquele prédio o Agrupamento local do



Corpo Nacional de Escutas e utilizar outra sala para o desenvolvimento de atividades de índole social, cultural e recreativa direcionadas à população geral. Conforme despacho emitido em 25 de outubro último pela Sra. Vereadora Dra. Adelina Paula Pinto, não há inconveniente, por parte da Divisão de Educação, na cedência do imóvel em regime de comodato. Assim, em caso de aceitação superior, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a cedência à União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, do antigo edifício escolar Leitões, sito na rua da Escola, da anterior freguesia de Leitões, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 854/20090312 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 552 mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À DEMO (DISPOSITIVO EXPERIMENTAL MULTIDISCIPLINAR E ORGÂNICO) ASSOCIAÇÃO CULTURAL** – Presente a seguinte proposta: “A DEMO (DISPOSITIVO EXPERIMENTAL MULTIDISCIPLINAR ORGÂNICO) ASSOCIAÇÃO CULTURAL, com sede na rua 25 de Abril, nº 215 1º Esq., Silvaes, 4835-400 Guimarães solicitou a cedência de uma mesa e seis cadeiras destinadas ao cenário de um projeto artístico que se encontra em fase de criação. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, os representantes daquela associação solicitaram ainda a cedência, para além do equipamento acima indicado, de uma

outra mesa em madeira e de um porta malas proveniente da antiga Pousada da Oliveira, propriedade do Município. O equipamento pretendido encontra-se em desuso não sendo utilizado pelos serviços municipais pelo que poderá ser disponibilizado. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela associação, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€130,00**. ----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3 Cadeiras em madeira	€10,00	€ 30,00
1 Cadeirão em madeira	€50,00	€50,00
1 Porta malas em madeira	€ 20,00	€20,00
2 Mesas quadradas tampo em fórmica	€15,00	€30,00
Total		<b>€ 130,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE GUIMARÃES**

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Estabelecimento Prisional de Guimarães solicitou a cedência de uma impressora, uma bandeira nacional bem como diverso mobiliário para apetrechar aquele estabelecimento prisional. De acordo com informação da Divisão de Sistemas de Informação existe disponibilidade na cedência de uma Impressora HP COLORLASERJET CP1515, nº série CNC5240756 com o valor atribuído de €75,00. A Divisão de Cultura e Turismo informou que é possível a cedência de uma bandeira nacional com o valor atribuído de €21,61. Em deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal constatou-se a existência de diverso mobiliário que poderá ser disponibilizado, uma vez que já não é necessário aos serviços municipais. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela





instituição, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€526,61**. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Impressora HP Colorlaserjet CP1515N nº série CNC5240756	€75,00	€ 75,00
Bandeira nacional	€21,61	€21.61
1 Mesa meia lua tampo em fórmica	€ 15,00	€15,00
6 Cadeiras em madeira	€10,00	€60,00
1 Armário de apoio estrutura em chapa com 1 prateleira	€30,00	€30,00
9 Cadeiras rodadas revestidas a napa preta	€15,00	€135,00
3 Cadeiras fixas revestidas a napa preta	€10,00	€30,00
Quadro de parede em tecido	€80,00	€80,00
2 Sofás revestidos a napa preta	€40,00	€80,00
Total		€ 526,61

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR** – Presente a seguinte informação: “A Câmara

Municipal recebeu, da Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a nova versão dos estatutos, contendo as alterações entretanto introduzidas, após aprovação da reforma que se pretende fazer na associação, que ocorreu na Assembleia Geral de 2016, realizada em Santa Maria da Feira. As alterações agora introduzidas são as que constam do documento em anexo, e que se junta como doc. 1. A finalidade desta reforma dos estatutos é adequá-los ao crescimento do Eixo Atlântico (aspetos como o número de membros da Comissão Executiva, por exemplo), em conformidade com a nova composição do Eixo Atlântico, que duplicou do seu número de membros desde o início, e incluir algumas recomendações feitas pelos auditores para os adequar às alterações normativas dos últimos anos, especialmente

relacionados com a crise económica. Por fim, uma das principais alterações estatutárias a levar a efeito é a de ajustar os estatutos ao enquadramento legal de Associação: uma associação de direito público (Convenção de Valencia), sendo-lhe aplicável as regras das associações de municípios de fins específicos (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro). Isto implica, por um lado, manter a forma estatutária original da Associação (estrutura orgânica, competências, modo de funcionamento dos órgãos, etc...) para assegurar a continuidade da identidade do Eixo Atlântico enquanto associação; por outro lado, adequar (e acrescentar) algumas cláusulas nos Estatutos, por forma a dar cumprimento ao artigo 11º da Convenção de Valencia e, no que for aplicável, à Lei nº 75/2013. Assim, nos termos dos art.ºs 108.º e 109.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter a deliberação da Assembleia Municipal a aprovação das alterações introduzidas aos estatutos da Associação do Eixo Atlântico, nos termos do documento em anexo.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo o Vereador Amadeu Portilha assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATOS - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG - COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPESSOAL LDA – RELATIVOS A 2017 –**



Presente a seguinte proposta: "O Conselho de Gestão da CASFIG, em sua reunião de 20 de outubro de 2016, e a Assembleia Geral da CASFIG, em subsequente reunião de 21 de outubro de 2016, deliberaram aprovar os seus documentos previsionais, onde constam, entre outros, as minutas dos contratos a celebrar com o Município de Guimarães relativos ao ano de 2017. Tais contratos, previamente preparados com a Câmara Municipal, cujas minutas se anexam à presente informação, têm as seguintes finalidades e valores: - CONTRATO-PROGRAMA – determinar, concretizar e especificar os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal no artigo 5º dos Estatutos da CASFIG (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor do subsídio à exploração é de €110.000,00. **Anexo 1** CONTRATO-PROGRAMA SMA – transferência para a CASFIG de uma verba destinada ao pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA) às famílias beneficiárias (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor da verba a transferir é de €102.000,00. **Anexo 2** CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ("in house") - realização de atividades de acompanhamento social na área da habitação (carências habitacionais), gestão dos processos do subsídio municipal ao arrendamento, mercado social de arrendamento e tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos empreendimentos sociais municipais (art.º 36º da Lei nº 50/2012). O valor do contrato é de €137.000,00 + IVA (23%). **Anexo 3** Nos termos do nº 5 do art.º 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os contratos -programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, não se aplicando tal disposição ao contrato de aquisição de serviços (nº 6 do referido art.º 47º). Assim, submete-se à consideração superior: 1 - A submissão dos contratos-programa à aprovação dos

Órgãos Executivo e Deliberativo. 2 – A submissão do contrato de aquisição de serviços à aprovação do Órgão Executivo. Mais se informa que foram emitidas as declarações de cabimento, nos termos do número 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.” As minutas dos contratos-programa dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da empresa. -----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO, COM INTERNALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE "AVEPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SA, EM". PAGAMENTO PELO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES DE VALORES EM DÍVIDA. ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO –** Presente, para aprovação

pelos competentes órgãos municipais, uma proposta de deliberação sobre o projeto de dissolução e liquidação, com internalização da atividade da Sociedade “Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M.”, pagamento pelo Município de Guimarães de valores em dívida e encerramento da liquidação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo.-----

**O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude**



**de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS - INFORMAÇÃO A**

**DISPONIBILIZAR** – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 11 de junho de 2015, a propósito da aprovação da constituição da Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável – Laboratório da Paisagem de Guimarães, comprometi-me a alterar os respetivos Estatutos no sentido de neles introduzir a possibilidade de o Presidente da Câmara solicitar à Associação resposta aos requerimentos apresentados pelos membros da Câmara ou da Assembleia Municipal para obtenção de informação diversa, se tal fosse legalmente possível. Tenho vindo a defender que considero que os membros da Câmara e da Assembleia Municipal têm direito a toda a informação relevante sobre as entidades onde o Município de Guimarães participa, sejam elas empresas, cooperativas, associações ou outras. É também entendimento jurídico que os órgãos sociais destas entidades estão legalmente obrigados a prestar aos seus sócios ou associados informação considerada relevante para acompanhamento da respetiva atividade, pelo que a alteração dos Estatutos naquele sentido seria redundante. Por outro lado, e após análise técnica-jurídica e reflexão sobre o assunto, concluímos que a alteração estatutária de uma só entidade, no caso a Associação referida, não faria sentido, uma vez que se estaria a diferenciar esta entidade das demais onde o Município detém participações. Assim, considerando aqueles pressupostos legais, importa estabelecer uma forma como tal informação deve, a partir de agora, ser veiculada, pelo que proponho que seja deliberado no sentido de que a informação pretendida por qualquer membro da Câmara ou da Assembleia Municipal sobre as entidades participadas pelo Município de Guimarães seja solicitada, por escrito, ao Presidente

da Câmara que se responsabilizará por obter tal informação e a disponibilizá-la por quem a requereu. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CREIXOMIL** – Presente a seguinte informação: “Pela presente

submete-se à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Creixomil, de acordo com a postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo dissuadir o tráfego de atravessamento, atentas as características do seu perfil transversal, tendo sido objeto de aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor

o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “As propostas de deliberação relativas a alterações de trânsito são sempre – e muito bem – precedidas de consulta aos órgãos eleitos da freguesia na qual se vá proceder à respetiva alteração. Essa consulta não condiciona naturalmente a deliberação a tomar em reunião de Câmara, mas deve naturalmente ser tida em conta pelos vereadores por forma a perceberem o sentimento da população relativamente a cada alteração que a Câmara Municipal se proponha fazer na rede viária do seu território. A prática deste executivo era a de não remeter a certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia na instrução destes pontos, bastando-se com a singela frase, sempre repetida, “*tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia*”. Sendo que tal informação é incorreta, porque incompleta, não revelando se a respetiva “*aprovação*” teria tido



lugar “por unanimidade” ou “por maioria”, os vereadores subscritores abstiveram-se em todas as alterações de trânsito que não viessem devidamente instruídas com a informação completa, ou com a certidão da deliberação da Assembleia de Freguesia. Dessa data em diante passou a adotar-se esta boa prática democrática e mesmo de instrução de processos. Ora, esta proposta de alteração de trânsito não vem acompanhada nem da informação acerca da forma como foi aprovada nem da certidão da deliberação da Assembleia de Freguesia respetiva. Tal não sucedendo, lamentavelmente, optaremos pela **abstenção**. Sentido de voto que deve ser interpretado não como de censura à alteração concretamente proposta, mas como de censura à deficiente instrução do procedimento que a enforma.” -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A**

**CELEBRAR** – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães

procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **VELURA – TÊXTEIS UNIPessoal, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **SERAFIM FERTUZINHOS, S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **66%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo





municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **VELURA – TÊXTEIS UNIPESSOAL, LDA; SERAFIM FERTUZINHOS, S.A.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF. JOÃO DE MEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “Agrupamento de Escolas Professor João de Meira, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo à Citânia de Briteiros, no dia 22 de Novembro, entre a Escola Básica São Roque e a Citânia de Briteiros. Considerando que, se trata de uma visita de estudo à Citânia de Briteiros, em que o propósito é fundamentalmente pedagógico, histórico e cultural, necessitam de um autocarro para transportar os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 17 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte

proposta: "O Agrupamento de Escolas de Gil Vicente solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros, para efetuarem o transporte dos alunos, nos dias 21 e 22 de Dezembro entre o Centro Escolar de Urgezes e a Resinorte. Considerando que é uma visita de estudo à Entidade Gestora responsável pela recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos, tendo um objetivo iminentemente pedagógico e social, através da demonstração do percurso do lixo até ganhar uma nova vida, consciencializando assim os alunos para a política dos 3 R'S, necessitam de dois autocarros para transportarem os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 18 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA**

**- PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 5 de Dezembro entre a EB1 Monte – Guardizela e o Laboratório da Paisagem. Considerando que é uma visita de estudo ao Laboratório da Paisagem, tendo esta visita o objetivo de consciencializar os alunos de que uma ação integrada e participada nas políticas ambientais proporcionam o bem-estar e qualidade da vida dos cidadãos, assim como proteção dos recursos naturais, para tal, necessitam de um autocarro para transportar os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por



despacho datado de 23 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ESCOLA BÁSICA DA CRUZ D´ARGOLA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta:

“A Associação de Pais da Escola de Mesão Frio e Cruz D´Argola solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 27 de Dezembro, entre a Escola Básica da Cruz D´Argola e Santa Maria da Feira. Considerando que, se trata de uma visita de estudo ao Parque temático de Natal, “Perlim”, constando esta atividade do Plano de atividades do A.T.L. previsto para as férias de Natal dos alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 23 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como pagamento de ajudas de custo ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta:

“O Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 4 de Janeiro, entre a EB1/JI do Pulo Aldão e a Biblioteca Raul Brandão. Considerando que se trata de uma visita de estudo à Biblioteca Municipal Raul Brandão, tendo como objetivo a participação dos

alunos na atividade "Ler mais ambiente", necessitam de um autocarro para a deslocação e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 28 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ESCOLA SECUNDÁRIA DA CALDAS DAS TAIPAS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "A Escola Secundária da Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo à ACIG, no dia 7 de Dezembro. Considerando que, se trata de uma visita de estudo à ACIG, sendo esta ação realizada no âmbito da Disciplina Técnica de Organizar e Gerir Empresas, com o objetivo de possibilitar aos alunos o contacto com profissionais do sector do comércio, através do conhecimento de uma associação com impacto no comércio local da região onde estamos inseridos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 05 de dezembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – NOVEMBRO DE 2016** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 23 de dezembro de



2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MASCOTELOS-SANTIAGO EM 2016 - 1º ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 14 de abril de 2016 foi deliberado aprovar o apoio a 52 Instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social e Paroquial de Mascotelos-Santiago, este último com um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros) para obras de adaptação de um terraço e colocação de uma cobertura amovível. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 27 de maio de 2016 um protocolo com o Centro Social e Paroquial de Mascotelos-Santiago, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no dia 14 de novembro, a instituição solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto deste subsídio, uma vez que as obras inicialmente previstas não foram aceites após avaliação pela Segurança Social. Neste contexto, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, de acordo com o aditamento ao atual Protocolo, que se anexa à presente proposta. Coloco, assim, à aprovação superior, a alteração da cláusula 1ª do Protocolo, que passaria a ter a seguinte redação: “*O presente Protocolo tem por*

*objeto (...), para o apoio destinado a obras de melhoramento de espaços no edifício da Instituição”.* Mais informo que esta correção não altera as declarações de cabimento e compromisso previamente emitidas.” O aditamento ao protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –**

Presente a seguinte proposta: “O Banco de Partilha é um movimento integrado na ação socio caritativa da Paróquia da Nossa Senhora da Oliveira, destinado a apoiar pessoas em situação de carência extrema e dificuldades acentuadas no recurso a outras respostas sociais. Neste contexto, este Banco tem apoiado, de forma sistemática, cerca de 10 agregados familiares, através do fornecimento gratuito de lanches diários e da atribuição de mobiliário e de outros equipamentos e bens essenciais. Considerando as orientações estratégicas contempladas no Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020, que pressupõem a disponibilização de respostas sociais ajustadas às necessidades dos cidadãos e às especificidades e características dos territórios, e assumida a aposta do Município na implementação de serviços de proximidade, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio do valor de 3.500,00€, à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para garantir a manutenção, com qualidade, dos apoios acima referenciados.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE**



**DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de uma munícipe portadora de deficiência, com mobilidade condicionada, que alegou uma situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
271823933/16	Gominhães	18	Feminino	€285,15	98%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, cujo valor se estima em €5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), para que se possa deslocar da sua casa para a Associação Teatro de Construção (ATC) de Joane, sita em Vila Nova de Famalicão, de janeiro a dezembro de 2017.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE**

**PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de uma munícipe portadora de deficiência, que alegou uma situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
232358834/16	Ponte	19	Feminino	€224,36	100%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, cujo valor se estima em €3.689,00 (três mil seiscentos e oitenta e nove euros), para que se possa deslocar da sua casa para a Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial (ACIP), em Joane, Vila Nova de Famalicão, de janeiro a





dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO VAGA POR RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – TIPOLOGIA 1**

- Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA, remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de uma habitação vaga por rescisão do contrato de arrendamento – Tipologia 1, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 30 de novembro de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da empresa.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (2016) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

- Presente a seguinte proposta:

“Apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado a garantir as suas atividades sociais, recreativas e desportivas, no valor de €11.000,00 (onze mil euros). A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho importante, oferecendo um conjunto de atividades sociais, entre as quais, atividades de tempos livres (ATL) para os filhos dos seus associados e organizando anualmente a Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores do Município de Guimarães. A sua

candidatura foi analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 9º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE CREIXOMIL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento da candidatura apresentada à Câmara Municipal pela Casa do Povo de Creixomil, no dia 21 de outubro de 2016, para apoio à execução de obras no contexto da necessidade urgente de remodelação de dois espaços desta instituição, uma casa de banho regular e uma casa de banho adaptada, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de €48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos euros). A Casa do Povo de Creixomil apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO DE VILA NOVA DE SANDE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento da candidatura apresentada à Câmara Municipal pelo Centro Social CDR Vila Nova de Sande, no dia 23 de novembro de 2016, para apoio à execução de obras no contexto da necessidade premente de implementação de um projeto de segurança e de criação de uma nova valência de creche, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo



9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de €40.000,00 (quarenta mil euros). O Centro Social CDR Vila Nova de Sande apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPECTIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “A presente proposta destina-se a apoiar munícipes em situação de carência socioeconómica nas despesas referentes a ramais de água e saneamento e respectivas tarifas de ligação. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
1680921 07/12	Longos	72	M	€244,96	2	Pensionista	€842,71	45,3%	€381,74

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
1556522 90/15	Abação	56	M	€26,88	3	Desempregado	€685,62	100%	€685,62

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
1001451 91/15	Balazar	89	F	€199,80	1	Pensionista	€1.209,84	68,2%	€825,00

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
18103872 2/16	Brito	49	M	€119,17	1	Desempregado	€1.455,66	68,7%	€1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de €2.892,36 (dois mil oitocentos e noventa e dois euros e trinta e seis cêntimos) ao abrigo da alínea c) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**AÇÃO SOCIAL - CONCERTO SOLIDÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO ÁLBUM “ESCOLHAS” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EM ESPÉCIE**

– Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 11 de fevereiro de 2017 decorrerá um concerto, no Centro de Artes e Espetáculos de Guimarães, São Mamede, onde será apresentado o álbum “Escolhas” do projeto Marco Génio, sendo que, uma parte da receita deste evento, de cariz solidário, reverterá a favor dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. Neste contexto, assumida a aposta do Município no apoio a projetos e atividades sociais, e ao abrigo da alínea u) do nº 1 do art.º 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio em espécie, consubstanciado na disponibilização de duas estruturas e na impressão de duas lonas, com um custo total estimado de €330,00 (trezentos e trinta euros), sem IVA incluído, para divulgação desta iniciativa.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - FESTAS NICOLINAS - SERVIÇO DE MANOBRADOR E ALUGUER DE CAMIÃO COM GRUA E PINÇA ELEVATÓRIA**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de novembro de 2016, que concordou com a aquisição do serviço de manobrador e aluguer de camião com grua



e pinça elevatória para as Festas Nicolinas, implicando um custo de €679,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CANTAR DOS REIS 2017 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE S. TIAGO DE RONFE -**

Presente a seguinte proposta: “Decorrerá no próximo mês de janeiro a habitual iniciativa promovida por diversas associações culturais que levarão o “Cantar dos Reis” a vários pontos da cidade, visitando sobretudo instituições de cariz social e incluindo em tal percurso os Paços do Concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concorre para a preservação de uma tradição relevante, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição de um subsídio de €150,00 à Comissão de Festas de S. Tiago de Ronfe, destinado a compartilhar nos custos de organização da referida iniciativa. Tendo sido a Comissão de Festas atrás referida constituída ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deverá ser pago à respetiva Freguesia. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CANTAR DOS REIS 2017 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” –**

Presente a seguinte proposta: “Decorrerá no próximo mês de janeiro a habitual iniciativa promovida por diversas associações culturais que levarão o “Cantar dos Reis” a vários pontos da cidade, visitando sobretudo instituições de cariz social e incluindo em tal percurso os Paços do Concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concorre para a preservação de

uma tradição cultural relevante, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição de um subsídio de €150,00 ao Grupo Cultural e Recreativo "Os Trovadores do Cano", destinado a compartilhar nos custos de organização da referida iniciativa." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CANTAR DOS REIS 2017 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE S. TIAGO DE LORDELO**

– Presente a seguinte proposta: "Decorrerá no próximo mês de janeiro a habitual iniciativa promovida por diversas associações culturais que levarão o "Cantar dos Reis" a vários pontos da cidade, visitando sobretudo instituições de cariz social e incluindo em tal percurso os Paços do Concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concorre para a preservação de uma tradição relevante, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição de um subsídio de €150,00 à Comissão de Festas de S. Tiago de Lordelo, destinado a compartilhar nos custos de organização da referida iniciativa. Tendo sido a Comissão de Festas atrás referida constituída ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deverá ser pago à respetiva Freguesia." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta: "O Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", registado no RMECARH sob o nº 501371761, promoveu novamente as Comemorações do 1º de Dezembro, com



a realização do habitual desfile percorrendo o Centro Histórico e terminando junto à Estátua de D. Afonso Henriques defronte do Paço dos Duques de Bragança. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães e ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, proponho a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, de um subsídio de €1.000,00 destinado a comparticipar nos custos da atividade.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - HOSPITAL SENHORA DA OLIVEIRA - OFERTA DE BANDEIRA**

– Presente a seguinte proposta: “Vem o Hospital Senhora da Oliveira solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada ao seu auditório. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município ao Hospital Senhora da Oliveira.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – CENTRO SOCIAL DAS TAIPAS - UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CCVF – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta: “Vem o Centro Social das Taipas, solicitar apoio do Município que lhe possibilite fazer face aos encargos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para lá realizar um concerto protagonizado pela soprano Elisabete Matos, no próximo dia 23 de dezembro, destinado a angariar fundos com vista a suprir a premente necessidade de substituição de viaturas para transporte dos seus utentes e de refeições. Em razão do inquestionável interesse social de que se reveste a iniciativa, proponho a atribuição, ao Centro Social das Taipas, de um subsídio de €2.306,25, destinado a suportar o

pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório Centro Cultural Vila Flor, para o fim mencionado, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais do Centro Social. -----**

**CULTURA – SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE – UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CCVF – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –** Presente a seguinte proposta:

“Vem o Sindicato dos Professores do Norte, solicitar apoio do Município que lhe possibilite fazer face aos encargos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para lá realizar a um seminário em conjunto com a FENPROF, apazado para o dia 13 de maio de 2017. Em razão do interesse de que se reveste a iniciativa, que reforça a vocação de Guimarães como destino de eventos profissionais, proponho a atribuição, ao Sindicato dos Professores do Norte, de um subsídio de €2.306,25, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório Centro Cultural Vila Flor, para o fim mencionado, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO - OS SANDINENSES – G.D.R.C DE SANDE S. MARTINHO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “Os Sandinenses – G.D.R.C. de Sande S. Martinho solicitou a colaboração do Município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior de futebol feminino, no dia 27 de Novembro a Sintra. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa de futebol feminina na Taça de Portugal e,





não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - UNIÃO DESPORTIVA DE POLVOREIRA – AQUISIÇÃO DE TERRENO DO PARQUE DESPORTIVO DOS CARVALHOS** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da conclusão dos trâmites legais com vista ao cumprimento do contrato promessa de compra e venda, celebrado há já 20 anos com o proprietário do terreno onde se encontra implantado o Parque Desportivo dos Carvalhos, atual recinto desportivo de Polvoreira, a União Desportiva de Polvoreira solicitou o apoio financeiro desta Câmara Municipal para a comparticipação nos custos referentes à aquisição daquele terreno, no valor de €21.000,00, acrescido dos emolumentos devidos pelo respetivo registo predial, apresentando para o efeito cópia da Ata de Audiência de Discussão e Julgamento, de 24 de novembro de 2016. Assim, tendo em conta o interesse público do equipamento em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio à União Desportiva de Polvoreira, no valor de €25.000,00, destinado a participar nos custos com a aquisição do terreno acima identificado. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - APOIO PARA A INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO NO RINGUE DESPORTIVO DA JUNI** – Presente a seguinte proposta: “A JUNI é uma associação com um percurso

desportivo que já leva algumas décadas, em que os jovens tem um lugar especial nas suas ações. Os feitos alcançados no atletismo são de realçar, mas também o futebol, tem agora um lugar de destaque nas suas atividades desportivas, com destaque para os escalões de formação de base. Dotado de excelentes instalações desportivas, a JUNI tem necessidade de instalar relva sintética no seu ringue desportivo, pois desta forma, poderão dar uma nova utilização a este espaço, permitindo a sua utilização com condições climatéricas mais adversas, o que não acontece atualmente. Assim, ao abrigo do nº6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de € 18.250,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta euros) à JUNI, devendo este apoio ser concedido através de auto de medição.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. CRISTÓVÃO DE ABAÇÃO – REQUALIFICAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO, JUNTO À IGREJA, RESIDÊNCIA PAROQUIAL E CEMITÉRIO –**

Presente a seguinte proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Abação solicitou a colaboração da Câmara Municipal de Guimarães na requalificação e drenagem de águas pluviais do parque de estacionamento de apoio à Igreja, a Residência Paroquial e ao Cemitério. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €10.254,95, sendo que €3.550,14 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus



serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, submete-se à aprovação do executivo camarário, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio a conceder à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Abação, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €10.254,95, do qual €3.550,14 corresponde à despesa de aquisição dos materiais, destinado à requalificação e drenagem de águas pluviais do parque de estacionamento, junto à Igreja, a Residência Paroquial e ao Cemitério.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE CALDAS DAS TAIPAS – AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS BOMBEIROS DE CALDAS DAS TAIPAS** – Presente a seguinte proposta: “A Associação Humanitária dos Bombeiros de Caldas das Taipas vem, na qualidade de promotor do processo de obras de ampliação do prédio localizado na Rua Nova, na freguesia de Caldela, solicitar que lhe seja atribuído um subsídio no valor das taxas que foram pagas pela emissão do alvará de autorização de utilização nº 503/14, referente à ampliação do Quartel dos Bombeiros, e alvará de licença de construção nº 698/2016, referente à construção do Museu, no âmbito do processo de obras n.º 3552/93, no valor de 9.872,95€ e de €57.720,19, respetivamente. Consultado o processo de obras supra referido verificou-se que o processo é titulado pela aqui requerente e destinava-se a licenciar as obras de

ampliação das instalações do Quartel e à construção do Museu dos Bombeiros de Caldas das Taipas. Reconhecendo-se o papel fundamental dos Bombeiros Voluntários na sociedade, a necessidade de instalações com as devidas condições que os Bombeiros merecem, a fim de recuperarem rapidamente da fadiga e que restabeleçam a energia necessária para estar de volta ao teatro de operações, adequadas à sua função, cada vez mais especializada e profissionalizada, e ainda a exigência cada vez mais que estas forças/corporações sejam mais eficientes e eficazes, para que perante a adversidade a sua intervenção seja bem-sucedida, propõe-se que seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros de Caldas das Taipas, no valor total de €67.593,04, para comparticipar nos custos que aquela entidade teve com o pagamento das taxas supra referidas. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º e artigo 4º do Regulamento de atribuição de subsídios às associações culturais, artísticas, recreativas e humanitárias do Município de Guimarães (Regulamento nº 606/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - APOIO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE GUIMARÃES – RATIFICAÇÃO** - Presente para ratificação a seguinte proposta: “O Estabelecimento Prisional de Guimarães solicitou o apoio desta Câmara Municipal na cedência de materiais de construção para a execução de pequenas reparações naquele estabelecimento. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos materiais necessários para os trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma



despesa no valor de €1.860,29 (IVA incluído), correspondente aos materiais a adquirir, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio concedido ao Estabelecimento Prisional de Guimarães, no valor de €1.860,29, correspondente ao valor da despesa com a aquisição dos materiais necessários para a execução de pequenas reparações no estabelecimento prisional, em conformidade com a requisição externa contabilística n.º 6510/2016. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DE GESTÃO DE RESÍDUOS PARA O ANO DE 2017** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto (regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) recomenda a harmonização das estruturas tarifárias com o financiamento do serviço, conferindo-lhe a racionalidade económica e financeira que assegure não só a sua viabilidade como a sua indispensável melhoria. No entanto, e apesar de no caso do Município de Guimarães, no final de 2016, previsivelmente, a percentagem de cobertura das receitas ser de cerca de 71%, o que se traduz num saldo negativo de mais de um milhão de euros, proponho que o tarifário de 2016 se mantenha em vigor por mais um ano, por forma a garantir uma melhor acessibilidade económica ao mesmo por parte de todos os utilizadores do sistema de gestão de resíduos. Neste contexto, submete-se à consideração do executivo para deliberação a

manutenção do Tarifário de Gestão de Resíduos, em anexo, para o ano de 2017.” O referido tarifário dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo.-----

**DIVERSOS - SINISTROS – INDENIZAÇÃO DE DANOS –**

Presente a seguinte proposta: “A Sr.ª D. Marta Cristina Salgado Marques, residente na Rua do Paço, n.º 293, 1.º esq.º, da freguesia de Ponte, solicitou a esta Câmara Municipal o pagamento de uma indemnização no valor de €589,50 por danos causados na sua viatura marca Audi, com a matrícula 21-EZ-76. Refere a lesada que, ao transitar na Rua do Lameirão, na vila de Ponte, deste concelho, deparou-se com um buraco na faixa de rodagem que provocou vários prejuízos no citado veículo. Comunicado o sinistro à Companhia de Seguros Allianz Portugal, para ressarcimento dos prejuízos, esta declinou a responsabilidade pelo pagamento dos danos, invocando que a situação não encontra enquadramento na apólice n.º 20238.1678, atendendo que *a degradação que dá origem ao buraco na via não é espontânea, mas sim uma degradação que se estende no tempo, pelo que consideram estar presente uma situação de manutenção da via e não uma situação súbita e imprevista.* Perante a resposta da referida Companhia de Seguros, solicitou-se de novo ao Departamento de Obras Municipais que se pronunciasse, tendo em conta os motivos entretanto alegados. O Departamento de Obras Municipais em 31 de março de 2016, informa que o Município possui equipas responsáveis pela manutenção das diversas vias municipais, que



atuam com base num circuito a percorrer, por freguesias. Dada a longa extensão da rede viária, não é, naturalmente possível atuar em todas elas ao mesmo tempo. No caso concreto, ou seja, no acidente que teve a Sr.<sup>a</sup> D. Marta Cristina Salgado Marques, a via, pela sua antiguidade, aliada aos períodos de chuva que se registaram em momentos anteriores à data do acidente, contribuíram para a desagregação do material de revestimento do pavimento e ao aparecimento de buracos espontâneos (plausíveis de aparecerem nestas situações), os quais foram corrigidos de imediato após o Município ter tido conhecimento dos mesmos. Entretanto, a Sr.<sup>a</sup> D. Marta Cristina Salgado Marques veio juntar ao processo declarações de testemunhas que atestam que o pavimento da rua tinha, na data do acidente, muitos buracos e que já tinham feito chegar queixas e descontentamento à Junta de Freguesia quanto ao mau estado do pavimento. Juntou, também, uma declaração da Junta de Freguesia onde é referido que a *"a Rua do Lameirão costuma efetivamente ter, pelo menos há mais de um ano, diversos buracos, fruto das constantes roturas da conduta da rede de águas públicas existente no local, que mesmo após sucessivas reparações continuam a provocar aluimentos parciais da via"*. Em face do supra exposto, e do declarado pelos testemunhos apresentados, resulta que a rua, efetivamente, se encontrava, à data, em mau estado de conservação, o que seria fundamento para provocar os danos na viatura da munícipe, conforme orçamento que apresentou. Deste modo, considera-se estar provado o nexo de causalidade adequada entre o dano que a viatura sofreu e a omissão da manutenção da via, que é da responsabilidade do Município. Assim, e pelos factos acima explanados, proponho à aprovação do executivo camarário de uma indemnização à Sr.<sup>a</sup> D. Marta Cristina Salgado Marques, no valor de €589,50 (quinhentos e

oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos), resultante dos prejuízos causados na sua viatura, aquando do acidente ocorrido na Rua do Lameirão, da freguesia de Ponte.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2017** – Presente a seguinte informação: “Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2017, bem como os respetivos titulares e seus substitutos. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais. **1. Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €300,00 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público.** **2 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público.** **3 - Titular: Rui Miguel Lino**





**Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

**4 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €4000,00 (quatro mil euros) para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

**5. Titular: Isabel Cristina da Silva Pinho, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo** – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com aquisição de materiais indispensáveis a montagem de exposições, feiras e eventos culturais – rubrica 09.02.01.21. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Manuel Teixeira Marques Costa, Técnico Superior da mesma Divisão.**

**6 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral** – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica.**

**7 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral** – €2500,00 (dois mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil,

Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 02/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica.**

**8 - Titular: Alexandra Isabel da Quintã Cunha, Dirigente da Divisão de Ação Social** – €2000,00 (dois mil euros), destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art. 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 08/040802. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior da mesma Divisão.**

**9 – Titular: Ivone Carmo Silva Gonçalves, Chefe da Divisão de Bibliotecas** – €100 (cem euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às atividades promovidas pela Biblioteca – rubrica 13/06020305. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Julieta Sameiro Costa Esteves, Assistente Técnica da mesma Divisão.**

**10 – Titular: Alexandra Maria Barros da Costa Marques, Chefe da Divisão de Arquivos** – €100,00 (cem euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às atividades promovidas pelo Arquivo – rubrica 13/06020305. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Teresa de Jesus Malheiro dos Santos, Técnica Superior da mesma Divisão.**

**11 – Titular: Miguel Ribeiro Sousa, Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente** - €500,00 (quinhentos euros) para despesas com refeições no âmbito da representação municipal – rubrica 0103/020225. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Teresa de Jesus**



**Salgado Ribeiro Sarmento Pires, Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação.** Estes fundos de maneiio serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de dezembro do respetivo exercício económico.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**O Presidente de Câmara informou que a próxima reunião de Câmara se realiza em 5 de janeiro de 2017 e que a próxima reunião de Câmara descentralizada se realizará na União das Freguesias de Serzedo e Calvos.** -----

**PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----